

ONDE ESTÁ RUANDA NO MAPA? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo ¹

WHERE IS RWANDA ON THE MAP? Decoloniarity, subjectivity and the epistemic racism of journalism

Márcia Veiga ²
Fabiana Moraes³

Resumo: *Se entendemos o jornalismo como uma área do saber, o que dizer do nosso desconhecimento sobre a África, aquela que povoou fortemente o Brasil, segunda maior população negra do mundo? A partir da pergunta-título e utilizando a mesma como mote, refletimos sobre os limites que levam o jornalismo, seja em seu aspecto teórico ou prático, a não trazer de maneira mais íntegra e integral negros e negras historicamente enquadrados em tipos específicos. Entendemos que é momento desse campo realizar uma crítica a partir de dentro e de sua própria epistemologia, realizando o que Villanueva (2018) chama de intervenção descolonial, capaz de fissurar a “in-comunicación”, aquela que reprimiu culturas, classificou pessoas e fixou padrões excludentes de produção do conhecimento. A essa proposta descolonial se junta o jornalismo de subjetividade, no qual se busca narrar um “outro” não exotificado/fetichizado, um jornalismo que não se assume como neutro ou nega o apagamento da produtora ou do produtor da narrativa.*

Palavras-Chave: *Jornalismo 1. Epistemologia 2. Racismo 3.*

Abstract: *If we understood journalism as an area of knowledge, what can we say about our lack of knowledge about Africa, the one that strongly populated Brazil, the second largest black population in the world? Based on the title question and using it as a motto, we reflect on the limits that lead journalism, be it in its theoretical or practical aspect, not to bring in more integral and integral black men and women historically framed in specific types. We understand that it is time for this field to criticize from within and its own epistemology, carrying out what Villanueva (2018) calls decolonial intervention, capable of cracking the “in-comunicación”, the one that repressed cultures, classified people and fixed excluding patterns of knowledge production. In addition to this decolonial proposal, subjectivity journalism is added, in which one seeks to narrate an un-exoticized / fetishized “other”, a journalism that does not assume itself as neutral or denies the erasure of the narrator's producer.*

Keywords: *Journalism 1. Epistemology 2. Racism 3.*

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020

2 Jornalista, professora colaboradora e bolsista de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Doutora em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS) marciaveiga2005@gmail.com

3 Jornalista, professora e pesquisadora do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Sociologia (PPGS/UFPE). fabimoraes@gmail.com

1. Introdução: o conhecimento que não conhece

Na última reunião da Compós, em 2019, um dos trabalhos apresentados trazia, para discutir objetividade, subjetividade, noticiabilidade e sua relação com o racismo e o machismo, a obra *Newsweek*, do artista chileno Alfredo Jaar. Nela, 17 capas do extinto semanário norte-americano são reunidas para mostrar que, enquanto milhares de pessoas iam sendo dizimadas em um conflito étnico em Ruanda, país africano, a revista optava por trazer assuntos como mercado financeiro, viagens a Marte, suicídios de celebridades, etc. A *Newsweek* só deu devida atenção ao assunto quando os mortos em Ruanda chegaram a quase um milhão. Hutus e tutsis entraram em confronto em 1995. A presença desse exemplo no texto chamou atenção de um dos pesquisadores. De acordo com ele, não foram questões pertinentes ao racismo que invisibilizaram Ruanda e África no espaço do jornalismo, como sugeriu Jaar. O lugar foi e é desvalorizado historicamente enquanto notícia por uma razão simples, defendeu o pesquisador: não possui importância econômica. A afirmação foi acompanhada de cópias de um mapa do continente africano que o mesmo distribuiu entre as pessoas do grupo. Enquanto isso, perguntava: “alguém pode responder onde está Ruanda no mapa?”

O pesquisador estava correto a respeito da ignorância comum sobre a África: para a maioria das pessoas, inclusive aquelas presentes em um congresso de pós-graduação em Comunicação, extrato de uma elite acadêmica nacional, o lugar permanece um mistério. Assim, o ato explicitava, ainda que não fosse a intenção, uma série de vazios e violências que constituem nosso jornalismo. É a discussão destes que em parte anima esse debate: entendendo o jornalismo como uma forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1987; MEDITSCH, 1992), o que significa seu fracasso em nos informar sobre o continente que mais enviou pessoas cativas até o Brasil, segundo lugar no mundo depois da África em número de negros? Como entender o resumido interesse midiático a respeito da segunda maior população da terra (somente na África, os negros somam 1.200 bilhão de habitantes)? Por qual a razão o jornalismo não conseguiu que nos sentíssemos capazes de responder onde está Ruanda, palco de um dos maiores genocídios da história contemporânea, naquele desconhecido mapa?

O silêncio frente às cópias do gráfico representando a África, não minam, entendemos aqui, o argumento crítico de Jaar e, conseqüentemente, o texto que trazia sua arte

para questionar os limites da objetividade jornalística e suas restrições epistemológicas. Pelo contrário: o episódio nos informa que, desde sua concepção, o jornalismo nos fez entender que são mais humanas as pessoas que estão nos lugares que “importam economicamente”, enquanto as que habitam espaços fora da geografia do poder podem conhecer o genocídio sem que isso seja notícia. Essa “ética”, evidenciada não só nas capas da Newsweek como também nas palavras do pesquisador, sustenta uma maneira de fazer jornalismo calcada a partir de uma perspectiva epistêmica que preza a objetividade, a neutralidade e a universalidade. Esse cenário nos remete a compreensão do quanto a epistemologia na qual o jornalismo se fundamenta está assentada na “matriz do poder colonial” (QUIJANO, 2000), que constitui os modos pelos quais seus saberes, métodos e práticas seguem construindo noções de realidade e delimitando as condições de pensamento tanto do campo quanto de suas inter-relações com a sociedade.

O episódio descrito nos suscitou interesse em dar continuidade ao debate pelo entendimento do quanto a performance do pesquisador é reveladora das condições de pensamento do campo, bem como das relações de poder que se estabelecem em decorrência destas mesmas epistemologias dominantes, não apenas na área da Comunicação e do jornalismo, mas da produção do saber de um modo geral. Tal exemplo nos remete a reivindicar o processo descolonizador do jornalismo como um caminho para outras formas de produção do conhecimento jornalístico capazes de dar conta das complexidades historicamente simplificadas e marginalizadas pelo conhecimento colonizado(r). Esse artigo é também uma oportunidade de resgatarmos para o debate as pesquisas por nós desenvolvidas, entradas nas discussões acerca das condições de pensamento que delineiam o jornalismo como um conhecimento colonizado, moderno, positivista, masculinista, racista, classista, heterossexista (VEIGA DA SILVA, 2015) e reivindicam um jornalismo de subjetividade como uma prática que vai em busca de um modo de apreensão da realidade não respaldado no espetacular e no insólito; não pelo exótico, mas pelo endótico (MORAES, 2019). A subjetividade preza por uma produção discursiva que não se contenta em apontar um “outro” como diferente enquanto mantém o lugar da normalidade para si.

A insistência em um jornalismo de mirada colonial, seja nas universidades, seja nas redações, resulta em um cenário enormemente assimétrico e no qual mantém-se a opacidade imagética/discursiva sobre milhões de pessoas. Isso nos leva a pensar caminhos para um jornalismo cuja epistemologia não se assenta em pressupostos universalistas e racializados,

nos remetendo diretamente aos estudos decoloniais e sua interação com a comunicação. Aqui traremos algumas reflexões a partir desse referente, expondo primeiramente o cruzamento entre conhecimento, colonialidade e jornalismo. Depois, seguimos o argumento trazendo autoras e autores que pensam especificamente a comunicação, o jornalismo e a decolonialidade, pontuando também nesse momento estudos que observam jornalismo e raça no Brasil. Finalmente, costuramos o que foi exposto ao jornalismo de subjetividade, caminho teórico e prático que se irmana fortemente aos pressupostos da mirada decolonial. São tentativas de nos lançarmos a um pensamento pós-abissal problematizado por Sousa Santos (2018) e que nos ajude a entender por qual razão ainda não conseguimos responder onde está Ruanda no mapa.

1.1 O jornalismo colonizado(r)

O argumento de que Ruanda não seria “um país economicamente viável” elucidada as questões acerca da racionalidade que se constitui a partir do processo colonizador do pensamento - e, conseqüentemente, do jornalismo que nele se assenta. A partir dessa argumentação, é possível colocar em evidência o quanto as relações de poder-saber, que forjam a episteme dominante e os regimes de verdade (FOUCAULT, 2012), perpassam o jornalismo para além de suas dimensões estritamente econômicas/mercadoológicas, delimitando o que e como é possível conhecer nos saberes que predominam no campo. Tal argumento expressa uma racionalidade que parte da compreensão das relações de poder estritamente baseadas na noção do capitalismo como um poder meramente econômico. Uma racionalidade baseada nas noções estruturalistas que privilegiam estritamente as relações de classe e ignoram as demais dimensões sociais, culturais, simbólicas e epistemológicas que formam o chamado sistema-mundo capitalista, patriarcal, moderno (GROSFOGUEL, 2012). Forja condições analíticas em que “as relações de classes e as transformações estruturais no âmbito econômico são privilegiadas em relação a outras relações de poder” (GROSFOGUEL, 2008, p. 121). Trata-se de uma condição de pensamento constituída pelo poder colonial (QUIJANO, 2000) que forjou a epistemologia dominante e rege nossas condições restritivas de pensamento. Segundo Grosfoguel, “na abordagem da ‘colonialidade do poder’, a questão de saber o que vem primeiro, ‘a cultura ou a economia’, é um falso dilema”, um mecanismo que turva a complexidade do sistema-mundo capitalista (GROSFOGUEL, 2008, p. 125).

O jornalismo como uma forma de conhecimento social (GENRO FILHO, 1987; MEDITSCH, 1992) requer ser investigado considerando suas históricas condições de produção em relação aos demais poderes e saberes. Não pode ser descontextualizado dos sistemas de poder que regem as políticas (econômicas, sociais, culturais) da sociedade, nem das racionalidades e condições epistêmicas mais amplas nas quais está interseccionado em suas diferentes formas de conhecer e de produzir conhecimentos. Segundo Foucault, nas sociedades ocidentais a verdade é parte de um regime político e foi sendo “historicamente centrada no discurso científico [...], produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, exército, escritura, meios de comunicação” (FOUCAULT, 2012, p. 52).

Para a compreensão dos arranjos de circulação ainda vigentes nos modos dominantes de conhecer e de produzir conhecimentos sobre os sujeitos e as coisas do mundo, tanto a perspectiva foucaultiana quanto as decoloniais e feministas nos servem como lentes pelas quais o jornalismo se constitui como um campo de saber e poder. Por esses prismas pode-se vislumbrar como foram se desenhando os contornos de sociedades colonizadas, hierarquizadas, generificadas e racializadas, bem como se estruturou o racismo/sexismo epistêmico (GROSFUGUEL, 2016) a partir da colonialidade do poder, delineando nossas condições de pensamento e as desigualdades sociais. Trata-se do que Quijano denomina como heterogeneidade estrutural:

a “heterogeneidade estrutural” de Quijano implica a construção de uma hierarquia étnico-racial global que é, temporal e espacialmente, coeva [sic] da constituição de uma divisão internacional do trabalho com relações centro-periferia à escala mundial. Desde o início da formação do sistema-mundo capitalista, a acumulação incessante de capital esteve sempre enredada com ideologias racistas, homofóbicas e sexistas. A expansão colonial europeia foi conduzida por homens europeus heterossexuais. Aonde quer que chegassem, traziam consigo os seus preconceitos culturais e formavam estruturas heterárquicas de desigualdade sexual, de gênero, de classe e raciais. Deste modo, no “capitalismo histórico” – entendido como “sistema heterárquico” ou “estrutura heterogênea” – o processo de incorporação periférica na acumulação incessante de capital foi sendo constituído por, e enredado com, hierarquias e discursos homofóbicos, sexistas e racistas (GROSFUGUEL, 2008, p. 134)

Pela ótica dos estudos decoloniais, a formação de uma epistemologia eurocêntrica, norteadora do conhecimento científico moderno que incide nas formas de compreensão dos sujeitos e das formas de se estar no mundo, se dá pelo modo como o capitalismo se constituiu como um sistema-mundo hierárquico que

institucionalizou e normatizou simultaneamente, a nível global, a supremacia de uma classe, de um grupo etnoracial, de um gênero, de uma sexualidade, de um tipo particular de organização estatal, de uma espiritualidade, de uma epistemologia, de um tipo particular de institucionalização da produção de conhecimento, de algumas línguas, de uma pedagogia, e de uma economia orientada para a acumulação de capital em escala global. Não é possível entender estes processos separadamente (GROSFOGUEL, 2012, p. 342).

A afirmação de que nossa colonização é epistemológica (MIGNOLO, 2005), equivale dizer que: nossas possibilidades de pensar, bem como os tipos de saberes tidos como válidos, foram designados a partir de uma geocultura centralizada nos países colonizadores do hemisfério Norte, origem dos conhecimentos canônicos, que historicamente desqualificaram os saberes (e os sujeitos) do hemisfério Sul, cujas especificidades multiculturais foram silenciadas ou apagadas. A epistemologia dominante se constituiu criando hierarquias não apenas entre os tipos de saberes, mas também entre os tipos de sujeitos e as formas como passamos a conhecê-los e valorá-los, desde a formação dos países colonizados, passando pelo modo como esses países engendram suas organizações sociais (marcadamente desiguais) sob orientação das estruturas de poder e de saber eurocêntricas.

Wallerstein ao expor sua crítica acerca do sistema-mundo afirma que:

A análise do sistema-mundo pretende ser uma crítica à ciência social do século XIX. Porém, é uma crítica incompleta, inacabada, pois ainda não conseguiu encontrar uma forma de ultrapassar o mais persistente (e enganoso) legado da ciência social do século XIX – a divisão da análise social em três áreas, três lógicas, três níveis – o econômico, o político e o sociocultural. Este trio atravessa-se-nos no caminho, sólido como granito, a bloquear o nosso avanço intelectual. Muitos consideram-no insatisfatório, mas a meu ver ainda ninguém arranjou maneira de prescindir dessa linguagem e respectivas implicações, algumas das quais correctas, mas a maioria delas talvez não. [...] todos nós recorremos ao uso da linguagem das três áreas em praticamente tudo o que escrevemos. É o momento de tentar enfrentar seriamente a questão. [...] estamos a ir atrás de falsos modelos e a comprometer a nossa argumentação quando continuamos a usar essa linguagem. É urgente começarmos a elaborar modelos alternativos (WALLERSTEIN, 1991a *apud* GROSFOGUEL, 2008, p.130).

Nas bases do paradigma científico, que organizou apartadamente o “legado da ciência social do século XIX”, acima descrito, está igualmente o surgimento do sujeito universal, “o sujeito centrado do conhecimento iluminista, branco, heterossexual e masculinista” (PELÚCIO, 2012, p. 403), centro a partir de onde tudo se organiza. A forja dos sujeitos que importam – do homem universal – que concomitantemente criou os que seriam seus desvios (Ruanda?), também foi feita a partir desta episteme, desta racionalidade que organiza as relações de poder a partir da classificação dos sujeitos, culturas e geolocalização

fundamentadas nas noções de humanidade que derivam das origens e marcadores sócio-étnico-geo-culturais do que se pensa como “sujeito universal”.

Justificar o desconhecimento de Ruanda usando como argumento a sua desimportância econômica nos parece ser a expressão desta epistemologia reducionista dominante que também estrutura o pensamento e os pensadores do jornalismo. Evidencia-se, nessa assombrosa assertiva, outro fator limitante das condições epistemológicas que regem o cientificismo em geral e o jornalismo em particular: a estrutura simplificadora na qual se sustenta o paradigma moderno. Não por acaso “a maneira pela qual o paradigma é estruturado hoje possui consequências sociais, [pois um paradigma] veicula uma série de escolhas e prioridades. [E] escolhas políticas e econômicas decorrem dessas prioridades” (FOUREZ, 1995, p. 114-115). Para este filósofo da ciência, “os paradigmas são instrumentos intelectuais poderosos no domínio do mundo” (FOUREZ, 1995, p. 128). Seria então

a partir de um paradigma (moderno, colonial, positivista), de um sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista) e de uma epistemologia dominante que se estabeleceriam alguns valores que estão presentes nos saberes produzidos como verdade, sendo o jornalismo um destes conhecimentos como tal legitimados (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 41).

O reducionismo é igualmente parte dos sistemas de pensamento que conformam o chamado cientificismo, uma vez que “fala-se de cientificismo quando se está persuadindo de que a sua redução dá conta de todo o problema” (FOUREZ, 1995, p. 128). Assim, como “pode-se descrever a ciência como a arte da supersimplificação sistemática, como a arte de discernir o que se pode omitir” (POPPER, 1984, *apud* FOUREZ, 1995, p. 132), em analogia, pode-se perceber os conhecimentos que delineiam o jornalismo na mesma senda reducionista e generalizante acerca dos complexos fenômenos e problemas sociais que se dedica a compreender e a narrar:

Envoltos em um imaginário secular que tem como princípio o progresso e o ordenamento do mundo, vivemos em busca de fórmulas facilitadoras que nos ajudem a apreender o mundo de forma simples; queremos tê-lo explicado, muito mais que problematizado. [...] Não se trata de pensar toda a produção jornalística sob essa perspectiva, mas, em linhas gerais, no quadro epistemológico dominante neste campo, seus números de mortos, suas definições generalizadas, seus rótulos que simplificam problemas antes de tudo complexos muito contribuem para a concepção de um mundo que parece passível de ser ordenado e, no entanto, impossível de ser compartilhado (RESENDE, 2009 p. 7)

Entre os valores paradigmáticos e epistemológicos em que o jornalismo se assenta, destacam-se as noções de objetividade, neutralidade e universalidade, de base moderno-positivista-masculinista-racista que fundamenta o cientificismo. Tais valores fundamentam os métodos e conceitos que ainda parecem predominar no pensar e no fazer jornalístico, envolvendo o campo como um todo, e não apenas restrito às práticas jornalísticas desempenhadas no mercado. Os jornalistas parecem agir como os pesquisadores partícipes destas visões científicas, que na busca da objetividade “[...] tentam garanti-la por meio de um delineamento reducionista e pelo desenvolvimento de instrumentos padronizados em que a estatística procura garantir fatores como validade e confiabilidade (SILVINO, 2007, p. 286).

Segundo Veiga da Silva (2015), há indicativos de ser o paradigma moderno-positivista-masculinista-racista-heterossexista que permeia a maior parte das estruturas curriculares, dos métodos e das técnicas dominantes no ensino da prática, constituindo uma racionalidade mais proeminente nas possibilidades de reflexão do e no próprio campo. No âmbito das teorias da comunicação, observa-se uma ampla gama de teorias, hipóteses e conceitos derivados dos modos de compreensão da realidade ligados às perspectivas funcionalistas, estruturalistas e críticas, conforme resgatou Genro Filho (1987). A predominância de determinadas concepções de realidade, em dado momento histórico, pode ter relação com os tipos de análise empreendidos, muito próximo do pensamento marxista, estruturalista e das concepções de sujeito, equivalendo o que diz Foucault:

a verdade é que as pessoas de minha geração foram alimentadas, quando estudantes, por essas duas formas de análise: uma que remetia ao sujeito constituinte e outra que remetia ao econômico em última instância, à ideologia e ao jogo das superestruturas e das infraestruturas (FOUCAULT, 2012, p. 43).

As correntes de pensamento predominantes no campo da Comunicação, campo de saber por onde o jornalismo é majoritariamente teorizado e investigado no Brasil, dão conta das imbricações com pensamento hegemônico em diversos campos de poder e de produção do conhecimento científico. Autores como Brites (2002), França (2001), Vilalba (2007) e Wolf (1995), destacam as teorias Funcionalistas, Estruturalistas, Modelo Crítico-dialético marxista e a Escola de Frankfurt como as que prevaleceram nos estudos de comunicação no Brasil. Originárias do pensamento eurocêntrico, tais correntes instalaram

[...] un patrón ordenador que, aparte de jerarquizar los saberes en sujeción a las premisas de la ciencia positiva (colonialidad del saber) y en correspondencia con la

estratificación eurocéntrica de los pueblos (colonialidad del ser), definió asimismo un prototipo civilizatorio (colonialidad del poder). Consiguientemente, cuando la Comunicación empezó a estructurarse como área de conocimiento y espacio de teorización, adoptó asimismo esas fuentes epistémicas, seleccionó sus líneas temáticas dando prioridad –como resulta obvio– a cuestiones propias de su contexto de origen y aplicó las concepciones teórico-metodológicas preexistentes. Esto explica que el campo teórico comunicacional precise hoy de una intervención decolonizadora (VILLANUEVA, 2018, p. 75)

As condições de pensamento que circunscrevem o jornalismo constituído nas bases paradigmáticas e epistemológicas que tomam as noções positivistas de objetividade, neutralidade e universalidade merecem ainda discussão tendo em vista as estruturas profundas e restritivas na produção de conhecimento do campo. Por novas perspectivas de pensamento, devem ser revisadas as perspectivas fundantes que, em função do tempo histórico e das relações constitutivas de poder-saber nas quais foram elaboradas, acabam por restringir as condições de compreensão dos sujeitos e das coisas do mundo. Se os vieses estruturalistas, funcionalistas e marxistas não puderem ser revisados a partir do resgate dos processos de colonização do pensamento intrínsecos às relações de poder, corre-se o risco de atrasar ainda mais as capacidades analíticas que complexificam os dispositivos de poder que se retroalimentam na sociedade também com a participação dos jornalistas e pesquisadore/as do campo. Não sendo a objetividade e a neutralidade suficientemente problematizadas e complexificadas levando em consideração a “heterogeneidade estrutural” de que nos fala Quijano, seguiremos ignorando Ruanda no mapa. Ou seja, não seremos capazes de romper com o racismo/sexismo epistêmico (GROSGOUEL, 2016) que forjam nossas lentes. Mais: ao prescrever um ideal de objetividade “que possui um significado inerente à sua positividade e autônomo em relação aos sujeitos” (LAGE, 1979 *apud* GENRO FILHO, 1987, p. 81),

restringe-se à percepção dos processos cognoscentes que cercam a produção do conhecimento social do jornalismo. Desse modo, pode-se compreender as razões pelas quais este viés da objetividade ainda esteja perpassando os discursos sobre a prática não apenas no mercado, mas, também, em alguma medida, no processo ensino-aprendizagem. [...] Ao se prescrever para a produção noticiosa um ideal de objetividade que não prevê a (inter)subjetividade como parte do processo cognitivo na apreensão do real, e que interfere nos contornos do objeto que se irá produzir, restringe-se a percepção do quanto nestas subjetividades reside o simbólico hegemônico que os sujeitos-jornalistas em alguma medida acionarão ao produzir seus discursos. Ao negar a subjetividade potencializa-se a reprodução de visões de mundo hegemônicas nas bagagens culturais dos sujeitos produtores (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 48-49).

Com base nessa racionalidade ainda dominante no campo, a crítica nos estudos de jornalismo seguiu aproximada por longo tempo “do predomínio prolongado da História Social, da tradição marxista [que] secundarizou demais o campo da subjetividade e da

dimensão simbólica” (RAGO, 1998, sem paginação). Englobando historicamente o arcabouço conceitual no estudo (e no ensino) do jornalismo, esses vieses trazem implícitas formas que, hoje, podem ser consideradas restritas para os modos de compreensão da realidade, dos funcionamentos do poder e da problematização mais efetiva dos próprios conceitos de verdade, como mais recentemente se propõem aquelas problematizações da chamada “virada linguística”, bem como nos sugerem mais aprofundadamente os pensadores decoloniais. Nesse sentido, uma noção de objetividade que não prescindia da subjetividade, bem como o resgate dos sujeitos nos processos cognoscentes que envolvem a compreensão complexa da realidade e das relações de poder-saber são caminhos urgentes para as transformações do jornalismo e de uma melhoria de suas históricas limitações de compreensão das alteridades. “Estes conceitos precisam de ser descolonizados e tal só pode ser conseguido por meio de uma epistemologia descolonial que assuma abertamente uma geopolítica e uma corpo-política do conhecimento descoloniais como pontos de partida para uma crítica radical” (GROSFOGUEL, 2008, p.121). O jornalismo de subjetividade, entendemos, pode ser um caminho de para pensar o jornalismo e fissurar o racismo/sexismo epistêmico que o constitui.

2. Subjetividade e decolonialidade

Com uma população que somente a partir de 2010 passou a se declarar em maioria preta, o Brasil possui 56,9% de negros e pardos. Este contingente, aliado a questões como as diversas políticas afirmativas que, por exemplo, tornaram possível pela primeira vez que as universidades públicas brasileiras tivessem uma maioria de alunos negros, provocou um lento escurecimento da mídia brasileira – e também da pesquisa acadêmica. Na última, a questão da raça não é nova: estudos sobre negritude e mídia já realizaram com precisão análises sobre representações (CATHUS, 2006), dramaturgia (SANTOS; LOPES, 2010), publicidade (WINCH; ESCOBAR, 2012), imprensa (SCHARWCZ, 2017), etc.

Há no entanto, especificamente pensando no jornalismo, uma lacuna no que se refere ao racismo que o atravessa a partir de sua própria epistemologia, de onde derivam justamente tantas subrepresentações, construções vitimizantes ou estereotipantes e, fundamental dizer, todo um pensar e fazer até hoje repercutido nas universidades e redações. Raça e outras questões como o machismo, o classismo e o preconceito geográfico não são pensadas a partir dessa construção epistemológica. Essa base estruturante do campo jornalístico foi construída

sobre todo um aparato bastante sedimentado no mundo ocidental e estudada, localmente, por nomes como Medina (2008) e Veiga da Silva (2010, 2015, 2018), que identificam a racionalidade europeia que permeia, como dissemos, teoria e prática⁴.

A questão é que, blindado por uma suposta neutralidade e uma mal disfarçada posição de superioridade epistêmica, o jornalismo resiste a pensar a si mesmo como difusor e reproduzidor de uma lógica racista. O estrago é imenso: não é muito dizer que essa área de conhecimento que também repousa, aqui sem usar o termo de maneira diminutiva, no senso comum, encontrou no Brasil da “democracia racial” um ambiente perfeito. Sodré (1999, *apud* CHRISTOFOLETTI; BASSO, 2007), ao afirmar que são várias as estratégias discursivas para o não reconhecimento do racismo nacional, diz que a invisibilidade social do indivíduo aumenta na razão inversa da visibilidade da sua cor. “Esses antecedentes eticamente negativistas, a associação entre a pele escura e o ‘Mal’, bloqueiam historicamente a introjeção pela consciência eurocêntrica de uma identidade plenamente ‘humana’ do sujeito negro. A alteridade africana é conotada como fonte de debilidades físicas e morais” (SODRÉ, 1999, *apud* CHRISTOFOLETTI; BASSO, 2007).

Schwarz (2017), buscando estudar os modos como brancos falavam sobre negros, realizou um excelente levantamento, a partir de uma análise da imprensa paulista no fim do século 19, dessa consciência eurocentrada que enquadrava pessoas negras (naquele momento, no Brasil, em grande parte cativas) em estereótipos muito específicos: pretos e pretas traduzidos continuamente como violentos, dependentes, bestiais, servis, incivilizados. O negro podia ser o elemento terrível (evitado) ou podia ser o elemento dócil (bem-vindo). Tais roupagens estavam calcadas fortemente na ciência, que ali estimulava uma divisão muito precisa entre, por exemplo, pessoas que podiam deter o saber e as que não eram capazes. Jornais como *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo*, ambos professando buscar a imparcialidade, traziam em suas páginas notícias fortemente baseadas em teorias evolucionistas que, blindadas por uma inquestionável verdade, marcavam a diferença “óbvia” entre brancos e pretos. É a partir da abolição em 1888 que o racismo se reconfigura: a diferença havia deixado de se dar pela condição entre escravos e libertos e passa a ser percebida pela questão da cor. Os jornais farão questão de sublinhar tal condição de poder:

⁴ Um exemplo é a resposta do Grupo Folha ao presidente Jair Bolsonaro após o último atacar um jornalista. Diz a nota: “O presidente volta a atacar a Folha sem explicar os conflitos de interesse de seu assessor revelados em reportagem. Continuaremos a praticar um jornalismo técnico, crítico e apartidário em relação a seu governo, como fizemos com todas as administrações anteriores”. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/voce-esta-falando-da-tua-mae-responde-bolsonaro-sobre-contratos-de-chefe-da-secom.shtml> (grifo nosso)

Menino de rabo – um menino recolhido actualmente em uma casa de caridade apresentava um fenómeno significativo. O menino Francisco Bicodo com 10 a 12 annos de idade, caboclo, mulato e aparentemente regular em suas funções tem anomalias. Diga-se a causa pelo seu nome, o menino tem no final do espinhaço um rabo de mais ou menos 7 cm como se fora um cão. Como não se fora um macaco e a enrola-se e tende a crescer. Agora os darwinistas devem bater palmas de contentes e exultar de prazer vendo no rabo do menino um ponto de apoio a sua doutrina científica” (*Correio Paulistano*, 2 de setembro de 1890) (SCHWARCZ, 2017, p. 123)

Outra notícia, esta do jornal *A Província de São Paulo*, observa que a “civilização” é algo que pessoas negras, com esforço, poderiam alcançar, mas precisavam se adequar primeiramente a um *modus operandi* branco e europeizado:

Club dos Escravos – Na população escrava da cidade de Bragança, nota-se tendências manifestas para a instrução, indício de que não se preocupam exclusivamente com a submissão ao trabalho. *Começam a compreender* que não é só a machina subserviente mas que é também dotada de cérebro susceptível de desenvolvimento e que o saber *não é privilégio de homens livres (...)* o escravo para se tornar *digno de pertencer a essa sociedade* que se pode dizer o *primeiro degrau na escala da civilização regenerará seus costumes, sacrificará suas paixões para atingir o alvo que pretende e nas horas vagas em vez de se entregar ao ócio e ao vício procurará estudar*” (4 de setembro de 1881) (SCHWARCZ, 2017, p. 129. Itálicos da autora)

Estas notícias surgiam em veículos que se declaravam publicamente neutros, isentos, como forma de atrair mais pessoas para suas páginas: o primeiro número de *Correio Paulistano* afirmava que “os jornais quase que exclusivamente ocupam-se de interesses de sua parcialidade política e o que mais de questões muitas vezes pessoais tem transviado a nossa imprensa de seu santo ministério. O *Correio Paulistano* pois aspira nesta província o carácter de publicação imparcial” (2017, p. 76). É importante entender que essa professada imparcialidade dos jornais de então reverbera substancialmente na imprensa atual através de uma mesma chave: as publicações anunciavam que não possuíam amarras com partidos políticos, logo estariam fora de ideologias que maculariam o conteúdo noticioso. É uma explicação bastante parecida com aquela ainda percebida nos jornais atuais, para quem questões como racismo, misoginia e machismo, xenofobia, etc. são assuntos *fora da política*, esta percebida preferencialmente em seu aspecto partidário (MORAES, 2019): só aqui haveria a possibilidade de uma “ideologia”.

Os estudos decoloniais conseguem perceber essa separação inócua e instrumental – e que atinge seu objetivo no sentido de “higienizar” os discursos e conferir “credibilidade” aos

agentes e veículos noticiosos – entre política e vida. Esta é uma das razões pelas quais eles ganham tamanha força no campo da comunicação e especialmente no jornalismo, que, no Brasil, ainda caminha lentamente no enfrentamento, por dentro, das questões raciais. Como diz Sodré, a mídia opera como um gênero discursivo que é “capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima desigualdade social pela cor da pele” (SODRÉ, 2015, p. 278).

Autores como Villanueva (2018) sustentam que o “ponto zero” para uma comunicação decolonial se situa na compreensão crítica do momento inicial da violência colonial que significou a negação da humanidade de alguns povos por outros povos auto-considerados superiores. A partir de uma leitura de Quijano, ele enquadra nesse contexto o que chama de uma *in-comunicación*, “a verticalidade dominadora que reprimiu culturas submetidas, recorreu ao genocídio, colonizou os imaginários dos dominados, classificou racialmente os ‘inferiores’ e fixou um padrão excludente de produção do conhecimento” (QUIJANO, 1992, *apud* VILLANUEVA, 2018, p.78). A “comunicação de massa” e seu desmantelamento epistemológico foram, aliás, razões da própria formação do grupo latino-americano dedicado aos estudos da pós-colonialidade (mais tarde reconfigurado e dedicando-se, parte dele, ao projeto Modernidade/Colonialidade), inspirado, como observou Ballestrin (2013), no Grupo de Estudos Subalternos, organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiáticos de larga utilização nas ciências sociais do Brasil (questão criticada por Walter Mignolo e Ramon Grosfoguel). No *Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos*, publicado em 1998, lemos:

O atual desmantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo e o conseqüente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. Por sua vez, a mudança na redefinição das esferas política e cultural na América Latina durante os anos recentes levou a vários intelectuais da região a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades. A tendência geral para uma democratização outorga prioridade a uma reconceitualização do pluralismo e das condições de subalternidade no interior das sociedades plurais (GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 1998, *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 94).

Essa perspectiva, em que se pese uma necessária atualização do contexto mundial frente às enormes mudanças percebidas pós fenômenos como espraiamento da internet, o 11/9, o fortalecimento do conservadorismo e ascensão da extrema-direita em diversos países do planeta (incluindo o Brasil), é vital para alimentar uma crítica aos modelos jornalísticos ainda prevalentes. O grupo Modernidade/Colonialidade assenta-se na observação de um projeto colonial calcado no ser, no saber e no poder, com a raça e a diferença gerada a partir de seu estabelecimento atuando como mola propulsora⁵. Nesse aspecto, se configura uma diferença epistêmica que é cúmplice do universalismo, do sexismo e do racismo (BALLESTRIN, 2013). Cria-se, evoca-se e celebra-se um ser neutro, “limpo” e desinteressado, noção que Castro-Gómez (2005, *apud* BALLESTRIN, 2013) vai localizar na “*hybris del punto cero*”. A definição dessa perspectiva se casa perfeitamente com os dogmas jornalísticos ainda fortemente em curso: “O ‘ponto zero’ é um ponto de partida de observação, supostamente neutro e absoluto, no qual a linguagem científica desde o Iluminismo assume-se “como a mais perfeita de todas as linguagens humanas” e que reflete “a mais pura estrutura universal da razão” (Castro-Gómez, 2005, p. 14, *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 104). Foi ela – e é – o que sustenta o argumento racional/racista, como por exemplo, uma Ruanda desconhecida por não importar economicamente. Esse sujeito epistêmico universal se coloca e é entendido, divulgado e utilizado como entidade sem gênero, etnia, classe, raça, língua e espiritualidade e será assumido pelas ciências humanas a partir do século XIX “como a epistemologia da neutralidade axiológica e da objetividade empírica do sujeito que produz conhecimento científico” (GROFOGUEL, 2007, *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 104).

Villanueva (2018) propõe uma tomada de posição in/surgente, decolonial, uma intervenção decolonizadora, para traçar um diferente ponto de vista do pensamento teórico da comunicação, tributária desse eurocentrismo universalista. Não o interessa focar nas mediações tecnológicas e suas consequências e contextos políticos, econômicos e culturais, e sim “sacudi-la” a partir de sua epistemologia. Assim, ele vai localizar e realocar o ponto de definição do que chama de fato comunicacional na própria natureza da comunicação histórica e cultural e no seu caráter constitutivo do humano e do social.

En tal sentido, la reflexión y la propuesta decoloniales que acá se presenta operan en un doble nivel: en el epistemológico, donde se propugna historizar y recomponer las

⁵ É sempre necessário lembrar que “raça” não precede o racismo – na verdade, o racismo precede a raça, como bem pontua Ta-Nehisi Coates na singular abertura do livro *A Origem dos Outros*, de Toni Morrison. “Se ‘raça’ é obra genética ou dos deuses, ou de ambos, então podemos perdoar a nós mesmos por nunca termos solucionado o problema” (2019, p. 12)

bases del conocimiento desde la sub/alternidad; y en el teórico, en el que se busca reconceptualizar la comunicación y su zona de estudio. Consecuentemente, el interés decolonial no se limita, como sucedía con anteriores vertientes críticas, a contraponer una concepción paradigmática o una visión teórica a alguna(s) precedente(s) para enmendarla(s) dentro de un marco comprensivo preexistente. Su norte es más bien pensar y observar lo real social desde una colocación distinta a la fijada por la Modernidad, lo cual hace posible una perspectiva no simplemente contestataria sino in/surgente, esto es, que irrumpe en el espacio del pensamiento desde otro lugar de enunciación y se alza en contra de las pretensiones de autoridad de lo establecido, a la par que ofrece una ruta consistente para reinterpretar la totalidad e intervenir en ella (VILLANUEVA, 2018, p. 79)

Essa insurgência vai até a própria constituição do saber da comunicação para realizar uma crítica do hoje: Villanueva defende uma intervenção decolonizadora no campo teórico comunicacional. O autor, ao expor um padrão ordenador da colonialidade⁶, traça alguns caminhos-chave (que chama de uma tripla alter/n/atividade) para estabelecer uma comunicação decolonial: ela não nega a possibilidade de uma “Outridade” (otredad) epistemológica e teórica (Alternativa); ela dá ênfase aos aspectos locais e históricos dessa outridade (Alter/nativa); ela está aberta a uma alteração do status quo (Alter/ativa). A dimensão tripla que caracteriza essa comunicação colonial encontra enorme ressonância no que procuramos enquadrar no jornalismo de subjetividade (MORAES, 2015), como veremos em breve. É preciso antes situar que, no Brasil, alguns trabalhos no âmbito da academia já caminham com sucesso nesse articular jornalismo/decolonidade e um repensar epistemológico, aquilo o que reconfigure o jornalismo a partir de dentro. Citemos alguns deles: Veiga da Silva (2010, 2015, 2018) realiza uma leitura a partir não só das autoras e autores do grupo Modernidade/Colonialidade quanto da epistemologia feminista, essencial para sublinhar o quanto do pensamento hegemônico se constrói também pela negação de um gênero – um gênero aliás entendido como maculado por uma quase incontável subjetividade. Cruz (2017) pensa o jornalismo narrativo latino-americano como um exemplo de meio capaz de romper o status quo jornalístico. Nesse sentido, ele promove um diálogo entre nomes como Dussel e Salcedo Ramos para lançar luzes em algo que o jornalismo até agora falhou: a multiplicidade de rostos e vozes, o fortalecimento de existências outras. A ideia é, também, promover uma reconfiguração das identidades latino-americanas. Timóteo (2017) vai em um caminho similar e propõe uma ruptura epistêmica jornalística a partir da adoção de um jornalismo literário alinhado às ideias de Sousa Santos e seu pensamento pós-abissal: o

⁶ Uma comunicação baseada nas premissas da ciência positiva (colonialidade do saber), na estratificação eurocêntrica dos povos (colonialidade do ser) e na autodefinição de um modelo civilizatório (colonialidade do poder)

jornalismo centrado no lead e na pirâmide invertida engendra óticas de apagamento e instaura uma visão atomizada e hierarquizada do contexto sócio histórico, defende. A defesa de uma subjetividade jornalística clara, nunca negada, vem se juntar, em maior ou menor grau, a esses estudos que buscam desarticular a consagrada epistemologia jornalística. Neste sentido, o jornalismo de subjetividade, termo que nasce a partir da reflexão de um longo percurso prático e também teórico, propõe, entre outras abordagens: uma busca pela horizontalidade entre o eu e o outro; a dimensão ativista (entendendo que o posicionamento explicitado não macula a prática/reflexão); a escrita e observação a partir de critérios que não se assumem como neutros, mas levando em consideração aquilo o que atravessa também a autora/o autor do texto (MORAES, 2015; MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019). A subjetividade refuta os códigos estabelecidos pela colonialidade, ainda que, em sua elaboração inicial, não haja a inclusão de uma teoria decolonial específica. No entanto, há no cerne dessa abordagem uma crítica aos pressupostos jornalísticos que floresceram justamente sobre ideais eurocentrados e que surgem em normas e práticas jornalísticas naturalizadas. Valores-notícia, por exemplo, são analisados à luz de seu enorme poder de exclusão, de sua configuração racializada – justamente aquela que Alfredo Jaar vai trabalhar não somente na obra *Newsweek*, mas também em *Searching for Africa in Life*, no qual ele reúne 2.128 capas do já finalizado semanário norte-americano. Das 2.128 edições, em 60 anos de circulação, apenas 5 foram dedicadas ao continente africano. Em uma delas, lemos: “a beleza selvagem da Africa” e vemos um guerreiro, o corpo pintado, apontar-nos ameaçadoramente uma lança.

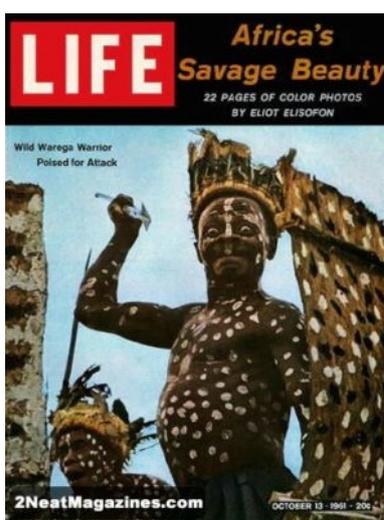


Figura 1 - capa revista Life.
Fonte - 2NeatMagazines.com

Exotificação, manutenção de estereótipos, discurso que não promove a pluralidade: todas essas questões encontram eco tanto na construção da diferença denunciada pelos estudos decoloniais quanto no jornalismo de subjetividade: em ambos, não se percebem como menores, periféricas, não políticas, questões como pobreza, raça, gênero, classismo, preconceito geográfico, entre outras, historicamente deixadas de lado para que não “contaminassem” uma discussão “maior”: aquela pertinente às pessoas auto-classificadas como “universais”. Soares, Barbosa e Carvalho (2009) realizaram uma pesquisa sobre imagens de África na imprensa brasileira focando os países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Além da homogeneização no tratamento dado ao continente, observam que há na cobertura a predominância de duas imagens recorrentes: o exotismo cultural (como na capa da *Life* nos anos 60) e a tragédia da fome e da miséria. “O risco de compartilharmos tal imagem de África é o de, em primeiro lugar, permitir a conclusão de que os povos africanos e seus descendentes no Brasil não teriam qualquer contribuição relevante a dar ao mundo ou à nossa sociedade” (SOARES; BARBOSA; CARVALHO, 2009, p.2). Couto (2010) vê os meios de comunicação como fundamentais na construção do conflito em Ruanda, assentado justamente na lógica da superioridade de um povo (tutsis) sobre outro (hutus). Esse entendimento foi reverberado pelo governo belga que colonizava o país até 1962: somente os tutsis, afilados e esguios, tinham, por exemplo, acesso à educação secundária. Movendo-se a partir dessas diferenças feitas estruturais, a imprensa ruandesa promove e instiga o conflito.

É justamente sobre a manutenção dessa absurda irrelevância humana/geográfica – construída objetivamente e tecnicamente através, por exemplo, de valores-notícia - que tratamos aqui. O jornalismo brasileiro precisa assumir-se como um produtor e reproduzidor de uma diferença que ecoa fortemente na sociedade, um meio que constitui um imaginário no qual pessoas negras surgem frequentemente enquadradas nos termos vistos nos jornais do período da abolição (em que se pese mudanças tecnológicas e mesmo em tentativas de inclusão racial por parte de alguns veículos). Entendemos que a subjetividade se junta a essa insurgência decolonial como um caminho possível para que possamos responder, assumindo nossa limitação no campo de conhecimento e na prática cotidiana, onde está Ruanda no mapa⁷.

7 A República da Ruanda faz fronteira com o Burundi, República Democrática do Congo, Uganda e Tanzânia. A população de 12,2 milhões de pessoas divide-se na maior parte em três grupos étnicos: hutus (quase 90%) tutsis (quase 9%) e twas (cerca de 1%). Foi colonizada pela Bélgica (antes de se tornar país, pela Alemanha). Conquistou a independência em julho de 1962.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Ago. 2013. Disponível em; http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 Fev. 2020.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; BASSO, Marjorie K. J. O preto no branco: democracia midiática no Brasil e presença de negros nas fotos dos jornais. **Estudos em Comunicação**, [s.l.], n. 2, p. 111-125, 2007.

BRITTES, Juçara. Enfoques teóricos dominantes nas ciências da comunicação e os distintos olhares sobre o receptor. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais [...]** Salvador: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002.

CATHUS, Olivier. O preconceito forte como um leão: repre - sentações do negro e da violência na mídia. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, n. 29, P. 111-121, 2006.

COUTO, Adréia. Mídia e propaganda racista: como os mass media constroem a imagem da realidade social – uma leitura do genocídio Ruanda. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-19, out. 2010.

CRUZ, Guilherme. As narrativas do poder: aproximações cambiantes entre jornalismo narrativo e decolonialidade. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Jaguarão-RS, v. 3, n. esp. dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/505>. Acesso em: 17 fev. 2020.

FOUCAULT, Michael. Microfísica do Poder. In: MACHADO, Roberto (Org.) **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

FRANÇA, Vera. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: FRANÇA, Vera; MOTTA, Luiz Gonzaga; PAIVA, Raquel; WEBER, Maria Helena (Orgs.) **Estratégias e Cultura da Comunicação**. Brasília: Editora UNB, 2001.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.

_____. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos-SP, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

_____. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. 230 p. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. pp. 71-103. (Colección Sur Sur). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Mignolo.rtf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

MORAES, Fabiana. **O Nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Editora Arquipélago, 2015.

_____. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, 19 ago. 2019.

_____. , VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais** [...] Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação: Porto Alegre, 2019. Disponível em http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos-SP, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

RESENDE, Fernando. A Narratividade do discurso jornalístico: a questão do outro. **Rumores**, São Paulo, v. 3, n. 6, dez. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as epistemologias do Sul**: antologia essencial. Buenos Aires: Clacso, 2018 (Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño).

SANTOS, S. A.; LOPES, I. S. A Representação dos Negros na Rede Globo e na TV Brasil na Semana do “Dia Nacional da Consciência Negra”. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2. 2010.

SILVINO, Alexandre Magno Dias. Epistemologia positivista: qual sua influência hoje? **Revista Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, n. 27, v. 2, p. 276-289, 2007.

SOARES, Astréia; BARBOSA, Luiz; CARVALHO, Vanessa. África como notícia. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19405.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

SCHWARCZ, Lília. **Retrato em branco e negro**; jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TIMÓTEO QUEIRÓS, Francisco Aquinei. Entre arestas e interditos: o Jornalismo Literário como dupla ruptura epistemológica. **Vozes e Diálogo**, Itajaí-SC, v. 16, n. 01, p. 177-192, mar. 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/9453/5792>. Acesso em: 17 fev. 2020.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção da notícia. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VEIGA DA SILVA, Marcia, MAROCCO, Beatriz. O feminino no ‘livro de repórter’: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. **Braz. Journal. Res.**, Brasília, v. 14, n.1, p. 30-55, 2018.

VILALBA, Rodrigo. **Teoria da Comunicação**. São Paulo: Ática, 2007.

VILLANUEVA, Erick R. Torrico. A comunicação decolonial – perspectiva in/surgente. **Rev. Latinoamericana de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 15, n. 28. p. 72-81, janeiro-junho, 2018. Disponível em: <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/issue/view/32>. Acesso em: 17 fev. 2020.

WINCH, Rafael Rangel; ESCOBAR, Giane Vargas. Os lugares da mulher negra na publicidade brasileira. **Cadernos de Comunicação**, Santa Maria-RS, v. 16, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/8229>. Acesso em: 18 fev. 2020.

WOLF, Mauro. **Teoria da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.